

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11 2021/2021**ARP nº 11/2021****PROCESSO nº. 0001160-66.2021.6.22.8000 - SEI****PREGÃO ELETRÔNICO nº. 12/2021(SRP)**

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **ROAD COMÉRCIO E SERVICOS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº. **05.555.440/0001-29**, com sede a Av. Campos Sales, nº. 3511. Bairro Olaria. Porto Velho – RO. CEP 76.801-281. Telefone(s): (69) 3224-5662, (69) 9226-2344 e E-mail(s): roadcs@gmail.com, neste ato representada por **RONALDO JÚNIOR DOS SANTOS RODRIGUES**, brasileiro, portador do RG nº. **939.469 SSP/RO**, e CPF nº. 827.851.392-91, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Item 01 do Edital: Açúcar refinado, embalado em pacotes de 1 kg, origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar, na cor branca, 1ª qualidade ou superior, acondicionado em fardos de 10 kg. Prazo de validade remanescente mínimo de 12 meses. Marca: Itamarati.	1Kg	3000	3,34	10.020,00

Valor total da ARP, R\$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.2. No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. A entrega deverá ser feita no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2268/ 2051/ 2000. a.2) O horário normal de recebimento dos materiais é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e 14h às 18h.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, a Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou aos seus respectivos substitutos, em suas ausências.

1.9. No anexo I deste instrumento consta a empresa componente do cadastro reserva para o item desta ARP (art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013).

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 27 de agosto de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

RONALDO JÚNIOR DOS SANTOS RODRIGUES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 Testemunha

ANEXO I

ARP nº 11/2021

PROCESSO nº. 0001160-66.2021.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 12/2021(SRP)

FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

Em obediência ao disposto no art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013, segue, abaixo, relação dos licitantes remanescentes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o(s) item(ns) a seguir indicados, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoante registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de Formação de Cadastro Reserva respectiva, a qual se encontra juntada no Processo Administrativo referido, a seguir detalhado:

<i>Item da ARP</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>FORNECEDOR QUE ADERIU AO CADASTRO RESERVA DESTE CERTAME</i>
01	Item 01 do Edital.: Açúcar refinado, embalado em pacotes de 1 kg, origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar, na cor branca, 1ª qualidade ou superior, acondicionado em fardos de 10 kg. Prazo	MFPARIS INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA CNPJ: 26.855.558/0001-42



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	de validade remanescente mínimo de 12 meses. Marca: Itamarati.	
--	--	--



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/08/2021, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO JUNIOR DOS SANTOS RODRIGUES, Usuário Externo**, em 27/08/2021, às 17:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 30/08/2021, às 08:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 01/09/2021, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0731320** e o código CRC **766408D9**.

0001160-66.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001160-66.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 12/2021 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – Eventual aquisição de material de consumo – gêneros alimentícios e copa/cozinha.

PARECER JURÍDICO Nº 114 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado - SEALM, com o objetivo de eventual **aquisição de materiais de gêneros alimentícios e copa e cozinha**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias da Seção de Almoxarifado - SEALM deste TRE/RO, nos exercícios de 2021 e 2022 ([0672035](#)).

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0712041](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 89/2021 - PRES/DG/AJDG ([0713334](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 12/2021 ([0713536](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0713537](#).

04. Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0719620](#));

b) Propostas das licitantes (GLOBAL MEDICAL - item 3 ([0719621](#)); NORTE MANA ([0719625](#)); FENIX BRASIL - COMPRA, VENDA, IMPORTACAO E ([0719632](#)); NOVIDADES COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, ([0719630](#)); NOVA MESA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E UTILIDADES LTDA, ([0719635](#)); MFPARIS INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, ([0719628](#)), e GILSON MONTEIRO DA SILVA EIRELI, ([0719634](#)).

c) manifestações da unidade técnica - SEALM – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos documentos apresentados pelas licitantes durante o certame ([0719636](#) e [0719730](#); [0721142](#), e [0721308](#); [0722872](#) e [0722910](#); [0072860](#) e [0723867](#)),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Documentos complementares
([0721131](#), [0721132](#), [0721133](#) e [0721135](#); [0722902](#); [0723859](#)) e,

e) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas
([0723937](#), [0723939](#), [0723940](#), [0723941](#), [0723943](#), [0723944](#) e [0723945](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0723949](#)), o Resultado por Fornecedor ([0723950](#)), o Termo de Adjudicação ([0723951](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0724656](#)).

07. Por fim, em seu Relatório nº 21/2021 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0724659](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

08. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0724680](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2021

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0713537](#)).

10. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:
Não houve;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0719620](#)) e na ata do certame ([0723949](#)). Não houve recusa de lances;

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas subitem 5.3 do Relatório nº 21/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0724659](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os itens 2 e 13 restaram fracassados;

f) Item deserto: Não houve;

g) Fase de Habilitação: As empresas: ROAD COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ 12.811.487/0001-71 - item 1, valor total R\$ 10.020,00 ([0723945](#)); FENIX BRASIL - COMPRA, VENDA, IMPORTACAO E EXPORTACAO, CNPJ 08.608.621/0001-64 - itens 7 e 12, valor total R\$ 3.296,70 ([0723937](#)); NOVIDADES COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 15.897.556/0001-08- itens 4, 5, 8 e 10, valor total R\$ 19.506,40 ([0723944](#)); NOVA MESA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E UTILIDADES LTDA, CNPJ 23.407.763/0001-57 - itens 6 e 11, valor total R\$ 12.207,00 ([0723943](#)); MFPARIS INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 26.855.558/0001-42 - item 3, valor total R\$ 45.475,00 ([0723940](#) e [0723941](#)), e GILSON MONTEIRO DA SILVA EIRELI, CNPJ 63.615.058/0001-60 - item 9, valor total R\$ 1.080,00 ([0723939](#)).

h) Recursos: Não houve intenção de recurso.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

13. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0723949](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Pois bem, os itens 12 e 13, restaram fracassados, pois os licitantes apresentaram propostas com valores abaixo do estimado e ofereceram produto em desacordo com o descrito no edital. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a SEALM deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**.

17. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

18. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

19. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que **“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”** ou, ainda, aquele que **“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93”** (sem grifo no original).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

21. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

22. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

23. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III - DA CONCLUSÃO

25. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0723851**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados, como também pela formação de cadastro reserva no sistema COMPRASNET, se houver a adesão necessária.

26. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

27. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 13/08/2021, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0725964** e o código CRC **891BABEB**.

0001160-66.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001160-66.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 12/2021 - Formação de Registro de Preços – Aquisição de material de consumo – gêneros alimentícios e copa/cozinha.

DESPACHO Nº 1051 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado - SEALM, com o objetivo de eventual **aquisição de materiais de gêneros alimentícios e copa e cozinha**, por via Sistema de Registro de Preços, conforme as especificações e quantidades descritas no item 2 do **Termo de Referência n. 1/2021 (0679826)**, a fim de atender as necessidades ordinárias da Seção de Almoxarifado - SEALM deste TRE/RO, no exercício de 2021 e parte do exercício de 2022 ([0679826](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 12/2021 ([0713536](#)).

O Pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0716807](#)), a Ata do Certame ([0723949](#)), termo de adjudicação ([0723951](#)) e publicação do resultado no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0724656](#)). Por fim juntou o Relatório nº 21/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0724659](#)), expondo as principais ocorrências do certame, e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0724680](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Não houve pedidos de esclarecimentos, impugnação ao edital ou intenção de recurso no referido certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: ROAD COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ 12.811.487/0001-71 - item 1, valor total R\$ 10.020,00 ([0723945](#)); FENIX BRASIL - COMPRA, VENDA, IMPORTACAO E EXPORTACAO, CNPJ 08.608.621/0001-64 - itens 7 e 12, valor total R\$ 3.296,70 ([0723937](#)); NOVIDADES COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 15.897.556/0001-08- itens 4, 5, 8 e 10, valor total R\$ 19.506,40 ([0723944](#)); NOVA MESA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E UTILIDADES LTDA, CNPJ 23.407.763/0001-57 - itens 6 e 11, valor total R\$ 12.207,00 ([0723943](#)); MFPARIS INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 26.855.558/0001-42 - item 3, valor total R\$ 45.475,00 ([0723940](#) e [0723941](#)), e GILSON MONTEIRO DA SILVA EIRELI, CNPJ 63.615.058/0001-60 - item 9, valor total R\$ 1.080,00 ([0723939](#)). Os itens 2 e 13 restaram fracassados. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total adjudicado R\$ 91.585,10 (noventa e um mil quinhentos e oitenta e cinco reais e dez centavos).

Mediante o Parecer Jurídico nº 114/2021 ([0725964](#)), a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral - AJDG opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0723951](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos. Por fim, ressalta que a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Além disso, recomenda que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Depois de analisar os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Verifica-se que, embora tenham restados fracassados os itens 2 e 13 o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0723949](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 12/2021**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0723951](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SEALM para se manifestar sobre a contratação direta dos itens fracassados 2 e 13, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame** ou realizar o cadastramento dos referidos itens no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, conforme recomendação contida nos itens 26 e 27 do Parecer Jurídico nº 114/2021 ([0725964](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 18/08/2021, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0726437** e o código CRC **2949E0A5**.